

A história das infâncias negras: descolonizando os direitos de crianças da Amazônia

Guimarães, Jacqueline Tatiane da Silva ¹

RESUMO

Abordo sobre a história das infâncias negras como importante estratégia de fortalecimento dos direitos humanos de crianças da Amazônia, pensando em seus diferentes espaços de resistência e sobrevivência. Primeiramente, trato sobre o surgimento da História Social da Infância como campo de investigação. Em segundo, a história social das infâncias negras, para então indicar a presença das crianças negras em diferentes regiões da Amazônia paraense, localizando assim as infâncias para além das capitais, pensando nos rios, florestas e campos, a partir do pensamento decolonial. As crianças que vivem na Amazônia, afastadas dos centros e capitais são atingidas pelo não direito à memória, assim como as infâncias dos nossos ancestrais negros. As infâncias que carregam as ancestralidades africanas e indígenas em seus corpos são atingidas pelo racismo, pela pobreza e outras formas de violação de direitos humanos, justamente por ainda possuímos modelos de políticas públicas que são unitárias, homogêneas e eurocentradas.

Palavras-chave: crianças e infâncias negras; decolonialidade e direitos humanos; Amazônia paraense; Marajós.

The history of black childhoods: decolonizing the rights of children in the Amazon

ABSTRACT

I approach the history of black childhoods as an important strategy for strengthening the human rights of children in the Amazon, thinking about their different spaces of resistance and survival. First, I deal with the emergence of the Social History of Childhood as a field of investigation. Second, the social history of black childhoods, to then indicate the presence of black children in different regions of the Pará Amazon, thus locating childhoods beyond the capitals, thinking about rivers, forests and fields, from the decolonial thought. Children who live in the Amazon, far from centers and capitals, are affected by the lack of the right to memory, as well as the childhoods of our black ancestors. Childhoods that carry African and indigenous ancestry in their bodies are affected by racism, poverty and other forms of human rights violations, precisely because we still have models of public policies that are unitary, homogeneous and Eurocentric.

¹Universidade Federal do Pará. Professora do Mestrado Profissional em História (PROFHISTÓRIA) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Email: jacguimaraes@ufpa.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0016401443592564>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5485-6611>.

*Keywords: black children and childhoods; decoloniality and human rights. Pará's
Amazon; Marajós.*

La historia de las infancias negras: descolonizando los derechos de los niños en la Amazonía

RESUMEN

Abordo acerca de la historia de las infancias negras como una importante estrategia de fortalecimiento de los derechos humanos de los niños en la Amazonía, pensando en sus diferentes espacios de resistencia y sobrevivencia. En primer lugar, trato sobre la aparición de la Historia Social de la infancia como campo de investigación. En segundo lugar, a historia social de las infancias negras, para entonces indicar la presencia de niños negros en diferentes regiones de la Amazonía paraense, ubicando así las infancias más allá de las capitales, pensado en los ríos, florestas e campos, desde el pensamiento decolonial. Los niños que viven en la Amazonía, lejos de los centros y capitales, se ven afectados por el no derecho a la memoria, así como las infancias de nuestros antepasados negros. Las infancias que llevan en sus cuerpos la ancestralidad africana e indígena son afectadas por el racismo, la pobreza y otras formas de violación de los derechos humanos, justamente porque aún tenemos modelos de políticas públicas unitarios, homogéneos y eurocéntricos.

*Palabras clave: niños y infancia negras; decolonialidad y derechos humanos;
Amazonía paraense; Marajós.*

INTRODUÇÃO

Ser negra e tratar sobre racismo e negritude sempre nos remonta a necessidade de realizar escritas em primeira pessoa que estão fortemente articuladas a narrativas e histórias que são coletivas. Falar sobre racismo na infância e a história de crianças negras suscitam muitas memórias e feridas, pois à medida que nos aprofundamos na história dos nossos ancestrais também nos reencontramos e encontramos uma diversidade de crianças negras que cotidianamente têm os seus direitos violados. Então, me antecipo explicando e justificando ao leitor que na introdução desse artigo me apresento em primeira pessoa, mas que ao longo do texto posso surgir de modo impessoal e na terceira pessoa do plural.

Desse modo, demarco que enquanto uma pesquisadora negra, que, apesar de ser óbvio, mas não foi, viveu uma infância negra nas periferias da capital paraense, marcada por um longo processo de negação de sua identidade e estética negra, que mesmo com o silenciamento quanto a minha negritude, vivi o racismo nas suas mais diversas facetas. Lembranças que se

fazem forte e que passaram por um caminho árduo para que pudessem ser compreendidas, ressignificadas e transformadas em estratégias para o combate ao racismo ainda vivido por crianças negras em tempos de reconhecimento e tipificação do racismo como crime².

As reflexões que apresento neste dossiê são resultados desta vivência fortemente atrelada a trajetória acadêmica que foi sendo construída a partir dos encontros com as pautas e as reflexões teóricas que problematizam as raízes do racismo e do processo de negação da negritude no Brasil e, sobretudo, na Amazônia. Em 2016 defendi tese de doutorado que abordou sobre a história da “infância pobre” no Pará a partir dos discursos dos intelectuais da medicina, para então em 2017, conhecer a realidade vivida por crianças marajoaras e posteriormente, de crianças tocantinas³, passando a problematizar e pensar em estratégias de combate às diferentes formas de violações dos direitos de sujeitos que vivem as infâncias e são atravessados não somente pela pobreza, mas também pelos rebatimentos de não pertencerem ao centro/capital, além de serem atingidos por uma sociedade que discrimina e recrimina as cores de seus corpos.

Portanto, demarco o lugar em que me localizo, enquanto pesquisadora negra que vive no Marajó (Marajó Ocidental) e pesquisa e promove ações interventivas em torno dos direitos humanos de crianças marajoaras a partir da perspectiva do debate étnico-racial. Nestes escritos tenho como objetivo trazer para este debate a necessidade de estarmos sempre atentos às vivências de crianças não brancas que historicamente nos nossos estudos, especialmente nas pesquisas da História da Infância, aparecem como “infância pobre”, “infância desvalida”, “crianças escravizadas”, “menor infrator” e tantas outras expressões que acabam se tornando importantes estratégias de apagamento da existência de crianças negras que por um mito de democracia racial e de silenciamento de sujeitos negros africanos na Amazônia, passam a ter os seus corpos “neutralizados”, incolores e sem pertencimento racial e por consequência têm as suas trajetórias anuladas.

² No dia 11 de janeiro de 2023, o presidente Luís Inácio Lula da Silva, sancionou a lei aprovada pelo Congresso Nacional que equipara o crime de injúria racial ao de racismo, assim aumentando a pena de 2 para 5 anos de prisão. Ver mais informações em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-01/lula-sanciona-lei-que-equipar-a-crime-de-injuria-racial-ao-racismo>.

³ Estes movimentos se deram a partir da consolidação do Programa Direitos Humanos, Infâncias e Diversidade no Arquipélago do Marajó (DIDHAM), que posteriormente, amadurecido se tornou Grupo de Estudos em Direitos Humanos, Infâncias e Diversidade na Amazônia/GEDHIDAM, abarcando pesquisadores de iniciação científica dos municípios de Breves, Portel e Melgaço (Marajó Ocidental) e de Cametá, Moju e Igarapé-Miri (Tocantins).

Estas reflexões foram delineadas, inicialmente, no projeto de pesquisa *O Ensino de História das infâncias da Amazônia brasileira: fortalecendo memórias e direitos*⁴ e trabalhado parcialmente e indicando novos aspectos na fala, intitulada, “*Vozes silenciadas, registros apagados e existências negadas: reflexões sobre o passado e o presente das infâncias negras no Brasil e na Amazônia paraense*” realizada na mesa *Infâncias negras na Amazônia: reflexões sobre direitos, diversidade e cultura* que coordenei no IV *Encontros de Negritudes – Memórias, Identidades e Descolonizações*, ambos elaborados em 2022.

Então, considerando estas linhas, no presente artigo, apresento uma abordagem sobre a história das infâncias negras, enquanto objeto de pesquisa e categoria teórica que deve ser instrumentalizada, a fim de oferecer subsídios para a promoção de estratégias de fortalecimento dos direitos humanos de crianças que vivem na Amazônia, pensando em seus diferentes espaços de resistência e sobrevivência, sendo estas negras ou não.

A demarcação quanto as infâncias negras, vivida por crianças pretas e pardas, visa justamente dar visibilidade a um sujeito que historicamente foi silenciado e ignorado na história da Amazônia, entretanto, que se faz presente não somente nos quilombos, mas que também vive nas vilas de comunidades ribeirinhas e nas periferias dos centros urbanos da capital e dos municípios considerados de grande, médio e pequeno porte, como em regiões de integração do Marajó e do Tocantins, ambos do estado do Pará.

Portanto, primeiramente, trato sobre o surgimento da História Social da Infância como campo de investigação mobilizado ainda na década de 1960 por historiadores europeus, como Philippe Ariès (2011), para então adentrar os grupos de pesquisadores brasileiros, liderados por Mary Del Priore (2010) e Irene Rizzini (2008), impactando nas produções dos Programas de Pós-graduação da região norte, conseqüentemente, do estado do Pará, consolidando-se importantes grupos de pesquisa sobre as infâncias e crianças da Amazônia.

Posteriormente, apresento a história social das infâncias negras no Brasil a partir de Julita Scarano (2010), Marília Ariza (2018) e José Roberto de Góes e Manolo Florentino (2010), para então dar especial destaque à história do menino Bernadino, “responsável” pela criação do primeiro Código de Menores no Brasil, em 1927. Um menino negro, engraxate, que estampou os

⁴ Apresentado e aprovado em minha candidatura para compor o corpo docente do Curso de Mestrado Profissional de Ensino de História.

jornais por ter sido preso e violentando por homens adultos, seus companheiros de cela. Caso que chocou a opinião pública, em que no Brasil passou-se a demarcar a maioria penal a partir dos 18 anos de idade. Teria sido esse o momento do surgimento de um “sentimento de infância”? Nesta seção questiono o que teria sido este sentimento para as infâncias negras, filhas e netas de mulheres que foram escravizadas, brutalizadas e sobre como a “paparicação” ainda hoje é um “falso sentimento” negado às crianças pretas, sobretudo, as retintas. Assim, saliento que crianças negras são historicamente atravessadas pelo racismo e o adultocentrismo, em que ambos são estruturais e estruturantes.

Em segundo, abordo sobre a invisibilidade das infâncias negras na Amazônia, ocorrendo uma romantização da figura da infância “índia” e não indígena, pois esta também é alvo de genocídio e estereótipos que a colocam como imagem a ser vendida. À medida que uma desaparece (a negra) a outra é despolitizada e estereotipada (a indígena). Assim como ocorre um apagamento das infâncias negras na Amazônia, iremos observar que poucos estudos se detêm na história do negro na região amazônica e menos ainda nas histórias das infâncias negras da nossa região. Desta forma, nessa seção também indico e apresento as produções de Antônio Matheus do Rosário Corrêa (2022), Rodrigo Moura Queiroz (2022) e Ketno Lucas Santiago e Ana Paula Viera e Souza (2020).

As considerações expostas, neste texto, são resultados de revisão bibliográfica sobre a história social da infância negra no Brasil e na Amazônia e levantamento documental das produções sobre a história social da infância nos programas de pós-graduação da região Norte. A estas incursões conjugam-se as minhas vivências e inquietações enquanto pesquisadora que vem problematizando e refletindo sobre abordagens que contemplem as infâncias negras que não se encontram nos centros/capitais e pensando o quanto estes estudos podem fortalecer estratégias, metodologias e as políticas que visam garantir direitos humanos para crianças da região amazônica.

Estas considerações se dão a partir da perspectiva decolonial, situando as possibilidades de pensarmos a presença das crianças negras em diferentes regiões da Amazônia paraense, localizando assim as infâncias marajoaras e tocantina, indo para além da capital, e assim pensando nos rios, florestas e campos. Mas como descolonizar a história da infância diante um contexto de histórias invadidas por um padrão eurocêntrico de narrativas que centralizam dados históricos nos centros e capitais? Sendo isto, justamente, um dos resultados de um projeto de modernidade e de civilização que concentrou

intelectuais, escritas, documentos e instituições em locais específicos, havendo a sua polarização. Para tecer estas considerações retomo Aníbal Quijano (2005), Enrique Dussel (1994; 2015) e Walter Mignolo (2017).

A partir destas reflexões indico que na Amazônia, as infâncias negras, sobretudo as que se encontram em regiões como o Marajó, enfrentam uma violação de direitos humanos básicos que poucos falam: o não direito à memória. São infâncias negras, marcadas por suas ancestralidades africanas e indígenas, brutalmente atingidas pelo racismo estrutural, que as colocam em situação de pobreza e de outras formas de violação e que ainda têm os seus modos de vidas ignorados pelas formas de se pensar as políticas públicas de proteção da “infância”, que são unitárias, homogêneas, do centro e eurocentradas.

A história social da infância enquanto campo de estudo e objeto

Ao tratar sobre a História da Infância, não há como não destacar a obra do historiador das mentalidades, Philippe Ariès (1914-1984), intitulada a *História Social da criança e da família* (1981), que se constitui em uma das principais referências para os estudos da infância e da família, no qual são descritos os modos de organização da sociedade Ocidental Moderna em torno do tratamento e dos cuidados com a criança, utilizando como registros sobre a infância não só da França, mas também apresenta fontes e dados sobre a Inglaterra, Itália, Suíça e Áustria (GUIMARÃES, 2016).

Ariès (1981) nesta obra utilizou como fonte a iconografia leiga e religiosa, diários, as efígies funerárias, vestimentas e os registros que se tratavam sobre os jogos e os brinquedos, em que a partir destes documentos chegou à conclusão de que foi a partir do século XVII que surgiu o *sentimento de infância*, que estaria relacionada a construção da modernidade que passou a estabelecer espaços específicos para a criança: a escola e a família (BRAGA, 2015).

As considerações de Áries, sendo pioneiras, foram livremente criticadas pelo fato de retratar somente as infâncias da elite e que teria realizado afirmações que teriam desconsiderado as particularidades históricas. Entretanto, cabe destacar o pioneirismo do historiador francês ao dar visibilidade a uma história que até então era ignorada, a de crianças. Irene Rizzini (2008) destaca as influências do trabalho de Philippe Ariès que desde a década de 1960 se tornou uma das principais referências para os estudos sobre a criança no mundo Ocidental.

Além disto, Philippe Ariès, com os seus estudos apresentou as possibilidades de outras fontes que até então foram desconsideradas pela história tradicional, tais como as lápides, os diários e as imagens (JOVINO, 2015). Ione da Silva Jovino (2015) destaca que nos documentos preservados em arquivos, as crianças não aparecem com frequência, e, portanto, para encontrar os seus vestígios seria necessário recorrer a outras fontes, como cartas, diários, literatura de viagens, literaturas de ficção, pinturas, fotografias e outros tipos de imagens.

Os estudos inseridos na História da Infância lidam com a escassez de registros, devendo sempre procurar se reinventar e ir em busca de novas fontes. Quanto a isto, Colin Heywood (2004) salienta sobre o hábito ainda recente e incomum das pessoas de registrarem as suas próprias infâncias, assim como a infância que lhes era contemporânea. Tanto na Idade Média (nos relatos dos nobres de nascimento e os devotados à vida religiosa) quanto no período Moderno na Inglaterra, as crianças estavam ausentes na literatura, no qual estes sujeitos, no mundo do adulto, seriam uma figura marginal.

Assim, as pesquisas do campo da História da Infância, comumente, não tratam diretamente com o registro da criança, que por não possuir visibilidade social e política, dificilmente teve os seus escritos valorizados, fato que somado ao contexto de precariedade seja da Colônia, Império e República, poucos tiveram o “privilegio” de ler e escrever, num contexto de tantas limitações, logo, torna-se raro o encontro de documentos históricos elaborados por crianças, especialmente, quando se trata de crianças negras e indígenas.

Nessa impossibilidade, seus pesquisadores se detêm na história da relação da sociedade, da cultura e dos adultos com a condição social das crianças – a infância –, lidando diretamente com os documentos, os dados, as memórias e os discursos produzidos e registrados por e pelos adultos, de determinadas épocas, sobre a infância que lhe foi contemporânea (FREITAS; KUHLMANN JR., 2002; GOUVÊA, 2009).

A criança, historicamente, esteve envolta por diferentes práticas de violência, sendo um sujeito que ocupava uma posição de subalternidade, de inferioridade, de desproteção e de silenciamento, independente de classe social, raça ou etnia a que pertencia. A historiografia social da infância revela que a criança branca possuía o poder de mando perante a um adulto negro escravizado, mas isto não impedia que essa mesma criança branca fosse alvo de estupros e outros tipos de violências praticadas por homens adultos e brancos em embarcações portuguesas ainda no século XVI, na condição social de grumetes (RAMOS, 2010). Portanto, as violências vividas, seja pela criança

branca, indígena, negra e mestiça, existiam, mas davam-se em diferentes níveis.

Desde o período do Brasil Colônia, a criança estava exposta aos mandos e desmandos do adulto, que representava o poder, a perfeição e, acima de tudo, a força, seja física ou simbólica, cristalizando as suas vivências e registros na história escrita e oral. Estudos que se detinham na História da Infância surgiram somente a partir da década de 1960 no contexto internacional, especificamente, europeu, a partir dos estudos de Philippe Ariès (2011) e posteriormente surgiram outros numa intenção de fazer a crítica.

Quanto a pesquisas sobre a História da Infância no Brasil, o trabalho de Jane Russo (1985), intitulado *Assistência e proteção à infância no Brasil: a moralização do social* foi um dos escritos pioneiros sobre o tema em questão no país, produzida no início dos anos 1980, no qual a autora se baseou nos estudos da área da Medicina Social com a finalidade de compreender as interligações entre a Medicina Higienista e a infância de início do século XX, pautando-se em Foucault, Donzelot e Freire Costa (RIZZINI, 2008).

No Brasil, o adensamento de pesquisas, inclusive nos cursos de mestrado e doutorado, ocorre a partir dos fins do século XX. Destacam-se nomes como os da historiadora Mary Del Priore (2010) e Irene Rizzini (2008) que trabalharam no sentido de demonstrar que a história social da infância brasileira seguiu um rumo tardio quando se trata da percepção da criança enquanto sujeito que deveria receber cuidados particulares e consequentemente devendo a sociedade brasileira destinar instituições específicas para a sua proteção.

Contudo, ao estarmos atentos a estas estruturas institucionais que se voltam para a infância sabemos que não surgem numa perspectiva de proteção da criança, mas sim de proteger a sociedade de crianças tidas como desviantes, perigosas e violentas. As vidas de nossas crianças negras sempre foram referidas e vistas como “infâncias perigosas”. Quando o Estado brasileiro larga a sua condição de Colônia passa a pensar em medidas para a infância, não porque tinha como intenção proteger a infância, mas sim de proteger a si mesmo dos perigos causados pelo crescimento de uma população negra e pobre que estava vivendo em completo estado de marginalidade.

A infância negra na história e na historiografia brasileira



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18: e258997 [2023]
**Dossiê *Práxis decoloniais como expressões
de resistência, luta e transformação***
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.258997>

Julita Scarano (2010)⁵ frisa que as crianças negras, nas correspondências estabelecidas entre Lisboa, Bahia e Rio de Janeiro, foram praticamente ignoradas e chegando assim até Minas Gerais, no decorrer do século XVIII. Scarano se refere a estas como “criança esquecida”, salientando que na documentação oficial pouco aparecem mulheres e quando se trata de crianças estas são marginalmente mencionadas, surgindo somente quando é coadjuvante ou partícipe de alguma ação, ou seja, fazendo das crianças negras ainda mais esquecidas.

Contudo, a autora também salienta que “Desde os primeiros decênios do século XVIII, o aumento do número de crianças mulatas gerava críticas acerbadas das autoridades locais e de alguns habitantes das vilas e arraiais que escreveram a Lisboa, quase sempre fazendo amargas considerações” (idem, p. 120), representando, assim, o incômodo quanto ao crescimento de uma categoria populacional que não seria branca, nem africana e tão menos, na percepção dos senhores brancos, seus descendentes.

Como é muito bem salientando por Lilia Schwarcz (2019) a escravidão foi muito mais que um sistema econômico, quando na verdade moldou condutas, ao definir de que modo as desigualdades sociais poderiam ser estabelecidas, fundada na hierarquia de raças/cor, apesar de também vangloriar-se por uma pretensa miscigenação que geraria, a falaciosa, narrativa de que no país vivia-se em uma sociedade racialmente harmoniosa. Assim como, ignorando outros conflitos que não seriam somente de caráter social, mas sobretudo racial, de gênero e de geração.

Se pobres, homens negros e mulheres negras eram ignoradas, isto se fortalecia muito mais quando se tratava de crianças negras africanas, que dentro da lógica escravagista eram também descartadas enquanto objeto/mão de obra, em que os senhores evitavam “adquirir” “pessoas com menos de 15 anos”, pois não seriam fortes o suficiente e tampouco seriam produtivas para a execução do trabalho.

Os altos índices de mortalidade infantil da época impactavam diretamente no nascimento de crianças negras que seriam escravizadas, sendo comum, inclusive, os não registros de tais mortes, seja pela insignificância que representavam estas crianças, quanto pelo fato destas não serem batizadas, que seria o modo oficial de registro da existência destas crianças no período do

⁵ A primeira versão deste texto foi publicada em 2000 na primeira edição do livro organizado por Del Priore, que versa sobre a “História das crianças no Brasil”.

Brasil Colônia. Sobre a chegada das crianças africanas ao Brasil, Scarano (2010; p. 114) apresenta o seguinte panorama:

As crianças que chegavam em navios negreiros pareciam esqueletos, cheias de sarna, problema de pele e outras moléstias e ficavam sujeitas a tratamentos horríveis para poder enfrentar e bem impressionar seus compradores. Não eram consideradas um bom investimento para o futuro, o presente era o que importava e os pequenos apareciam apenas como mais uma boca a ser alimentada.

Eram condições que visavam minar qualquer possibilidade de sobrevivência destas crianças que se encontravam afastadas de suas mães e grupo étnico, estando expostas a todos os tipos de violência até à sua esperada e desejada morte. Assim como os seus nascimentos não eram registrados, as suas mortes também não eram. As que sobreviviam, as crianças negras escravizadas, viviam nas senzalas e circulavam livremente pelos diferentes espaços da propriedade, estando presente também nas habitações.

Estas crianças negras por vezes eram agregadas ao modo de vida do senhor e sua família por relações contraditórias que articulavam as relações de dominação com uma “tentativa” de afeto. Quanto a isso, Scarano (2010, p. 111) diz que:

As pequenas crianças negras eram consideradas graciosas e serviam de distração para as mulheres brancas que viviam reclusas, em uma vida monótona. Eram como que brinquedos, lhes davam doces e biscoitos, deixavam que, enquanto pequenos, participassem da vida de seus filhos. Alguns dos viajantes que percorreram o país pelo século XIX comentavam tais questões, quase que sempre com certo escândalo, alguns julgavam tratar-se de promiscuidade.

Quanto a isto, é possível se reportar às considerações de Philippe Áries (2011), que ao falar da Europa Ocidental indicava o falso sentimento de infância, revelado na paparicação, em que tornava a criança como alguém que estaria ali para distrair o adulto, algo que teria propulsionado uma mudança de comportamento perante as crianças, passando-se a pensar em espaços, vestimentas e outras condições e aspectos que demarcassem a existência de crianças enquanto indivíduos diferentes dos adultos. Contudo, este comportamento, quanto as crianças negras, no Brasil, filhas de africanos sequestrados, deve ser repensado quando se refere a sujeitos cativos que



estariam ali servindo como distração e “servindo” como elemento de afeto para o seu escravizador, que não estaria lhe ofertando “doces e biscoitos” para paparicá-la, mas sim para paparicar a si próprio.

O surgimento de um sentimento de infância na Europa em plena efetivação da modernidade, a partir do século XVII, se dá a partir do falso sentimento de “paparicação”, que não ocorreu para filhas e filhos de pessoas que foram escravizadas, tendo sido vistas como pequenos animais que podiam servir de brinquedos para crianças brancas que também eram alvo de violências, mas que também desfrutavam das relações de poder. Algumas pessoas gostam de ver afeto nas relações de brincadeira que eram estabelecidas⁶, que poderia até ter existido alguma afetividade, mas não podemos ignorar as relações de subalternidade que eram estabelecidas e dos resquícios desse histórico para meninas negras comumente apontadas de forma mais sexualizadas e sempre colocadas como aquelas que cuidam e nunca como as que devem ser cuidadas e protegidas.

Ou seja, nem por um falso sentimento de infância, que seria a “paparicação”, a criança negra passou em tempos de Colônia e Império. Quanto à “paparicação” e carinho nos tempos atuais também podemos ver que é um sentimento ainda negado às crianças pretas. Fabiana Oliveira e Anette Abramowic (2010) corroboram com esta afirmação em pesquisa que nos indica que em creches as crianças negras não sabem nem ao menos o que seria isso. Realizo esta crítica quanto ao “sentimento de infância” não no sentido de discordar da categoria pensada por Phillipe Áries, mas sim de salientar o quanto as nossas crianças, até hoje, são marcadas por históricas relações que retira delas o afeto.

Se em Áries é possível encontrar uma análise sobre o surgimento de um sentimento de infância a partir de uma iconografia que indicava o fortalecimento da figura dos infantes em quadros marcados pela ideologia cristã da Igreja Católica que dá ênfase à figura de um menino Jesus e pequenos anjinhos loiros dos olhos azuis e pele extremamente alvas como símbolo de pureza e santidade próprias da infância, então o que pensar de crianças que eram o completo oposto dessa representação?

Como bem frisa, Marília Ariza (2018, p. 179), “Para as crianças escravas, contudo, o tempo da infância consistia num intervalo breve entre os primeiros anos

⁶ Como pode ser observado no quadro “Babá brincando de cavalinho com criança”, de 1899, feito por Jorge Henrique Papf, que consta em “Retratos do Brasil do Século XIX”, disponível em https://ensinarhistoriajoelza.com.br/stj/wp-content/uploads/2021/01/Transc_Jogo-5_RetratosdoBrasil_timbrado.pdf.

de vida e o ingresso precoce no mundo do trabalho”. E seria justamente este trabalho que iria demarcar e pautar a sua forma de apresentação no mundo escravocrata até mesmo pós Abolição. Scarano (2010) ao abordar sobre crianças negras esquecidas no Brasil Colônia, em momento auge da mineração, apresenta as diferentes formas de classificação de crianças negras africanas, bem como as que aqui nasciam, como “pretos”, “crioulos” e “mulatos”.

Consideradas descartáveis e dispendiosas enquanto mão de obra, crianças negras se faziam ausentes até mesmo dos documentos da época, pois não seria “objeto” digno de ter a sua existência registrada e muito menos se pensavam em sua existência (SCARANO, 2010). Pouquíssimos documentos registram a existência de crianças negras escravizadas no Brasil Colônia, fato que não significa que elas não existiam.

Marília Ariza (2018), em “Crianças/Ventre livre”, ao salientar que “Os filhos das escravas são personagens fugidos da história da escravidão” vai delineando o seu aparecimento gradual nos documentos oficiais, pois apesar de sempre ter feito parte da realidade da Colônia e do Império, a presença de crianças negras era de forma “elusiva”, em que não aparecem nos processos criminais e nos autos cíveis, inventários, contratos de compras e venda.

Vão surgindo de forma discreta, não contendo mais informações quanto a idade, família a que pertencia, atividade que exercia ou sua naturalidade. A autora demarca que a presença das crianças, filhas de mulheres escravizadas, se torna mais evidente, a partir de 1871, ano da promulgação da Lei do Ventre Livre, que eliminaria assim a doutrina legal do *partus sequitur ventrem* (o filho segue o ventre da mãe).

Se em início do processo diaspórico para o Brasil, as crianças negras, filhas de africanos, eram em números considerados irrelevante, com o intenso processo de tráfico negreiro e as relações estabelecidas, de modo consensual ou não, fez com que o número de crianças escravizadas aumentasse, incluindo neste processo também crianças não negras. Todavia, saliento que a escravização de crianças não pretas era a que mais sensibilizava uma sociedade escravocrata, mas que tinha como ideal o padrão branco europeu.

De início estes infantes escravizados eram rejeitados e em pequeno número, mas com o passar dos anos há um evidente crescimento e passa a ser aceito e assimilado como mão de obra mais acessível e barata. Assim,

Nas áreas de lavoura, nas grandes e pequenas propriedades, seus serviços não eram menos úteis. Se não possuíam ainda

força suficiente para a capina com enxadas pesadas, suas mãos pequeninas tinham o tamanho exato para recolher o café que caía ao chão e arrancar ervas daninhas. Tangedo o gado, cuidar dos animais de pequeno porte, como porcos e galinhas, beneficiar os produtos cultivados na roça, constituíam, entre tantas outras, atividades que ocupavam seus dias. Mesmo os bebês, quando tinham a sorte de não os separarem das mães, eram de imediato simbolicamente apresentados à labuta - elas os conduziam carregados em panos que amarravam ao corpo quando, logo após o parto, retornavam ao trabalho (ARIZA, 2018; p. 178-179).

Com a Lei do Ventre Livre se passa a incluir na arena de debate e na agenda política a existência de crianças escravizadas para que então se pudesse pensar na sua emancipação gradual (Ariza, 2018). Contudo, nem as tentativas de planejamento amenizaram a barbárie causada por um quadro de crueldade e violência que já estava estabelecido e estruturado. Senhores burlavam e falsificavam documentos quanto a idade dos infantis ou criavam estratégias para forçar as mães a ficarem junto com os seus filhos em suas propriedades trabalhando. Com a Abolição da Escravatura, em 13 de maio de 1888, somente foi adensado o número de desamparo, já que o Estado brasileiro não ofereceu qualquer garantia para pessoas e famílias que foram escravizadas. Quais os impactos desses processos para a vida de crianças negras?

A palavra e noção de “menor” representava justamente os sujeitos que tinham a sua condição de criança negada, assim como o privilégio de viver suas infâncias, apesar de ainda não existir, de modo consolidado, uma compreensão quanto às particularidades seja física quanto mental da criança no Brasil, do mesmo modo, que não havia um entendimento de que deveriam existir espaços e instituições específicas para sujeitos não adultos. Portanto, ainda não era compartilhado coletivamente uma noção quanto à existência dos sujeitos infantis.

Se no momento auge da economia escravagista, no período do Brasil Colônia, crianças brancas eram superiores às mulheres e homens negros africanos adultos, crianças negras estavam na base da sociedade. Algumas sequestradas do território africano, outras já nascendo na condição de escravizadas e muitas nascidas em pleno momento de mudança da estrutura social a partir da Abolição da Escravatura, de 1888, vivendo em uma sociedade de pleno crescimento urbano e industrial, altos índices de mortalidade e

analfabetismo, aliado a uma conjuntura de fortalecimento de políticas de branqueamento, que visavam higienizar a sociedade brasileira.

Este contexto resulta no processo de marginalização de crianças não-brancas, que afastadas de suas famílias, distantes de um processo de escolarização e das Casas Grandes, passam a ocupar as ruas em busca de estratégias de sobrevivência. A exemplo disso, não há como não lembrar do caso do engraxate de 9 anos, ocorrido em 1926, que foi preso na mesma cela com 20 homens adultos e passou 40 (quarenta) dias sendo violentado por estes, se tornando um escândalo na época⁷.

O engraxate de 9 anos foi nomeado pela imprensa como Bernadino e em outros como o menor Waldemiro de Azevedo (figuras 1 e 2). O que Bernadino fez? Num momento de revolta por não ter recebido o pagamento pelo serviço prestado jogou tinta no cliente que prontamente acionou a polícia. Bernadino, uma criança negra que ousou contrariar o poder e razão de um homem adulto.

Figura 1: O menino Bernadino preso aos 9 anos e estuprado na cadeia aos 12 anos.

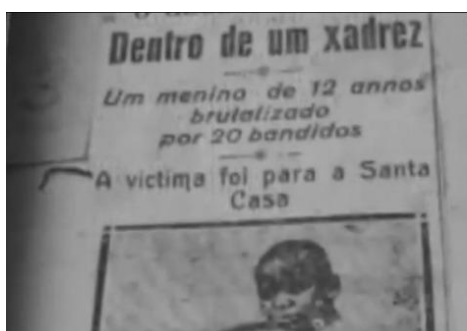


Figura 2: Momento de depoimento

⁷ Este caso foi resgatado pela Agência de Comunicação do Senado Federal, em 2016, após intensos debates e contestações quanto ao marco etário da maioridade penal para crianças e adolescentes no Brasil. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=NdKME9oR4LM&t=16s> >.

Fonte: Imagem *printada* do vídeo “Em 1927, o Brasil fixava a maioria penal em 18 anos” do canal do Senado Federal⁸.

Fonte: O Jornal, ano VIII, edição 2253, p. 05, republicado pela Biblioteca Nacional-Hemeroteca Digital Brasileira. 18 de abril de 1926⁹.

Cabe frisar que são ínfimos os trabalhos que ao abordarem sobre a história constitucional da infância no Brasil problematizam o fato do menino Bernadino ter sido um menino negro, oriundo de uma família negra recém-liberta do trabalho escravo. Como noticiado no jornal Correio da Manhã, no domingo, do dia 18 de abril de 1926, “um menor de cor preta, de 12 anos apenas, atirado pelos paes ao leão da vida e conhecido nas rodas do Mercado Novo pelo vulgo de ‘Cuica’”¹⁰.

Por muito tempo, foi omitido na historiografia da infância brasileira problematizações quanto ao fato de Bernadino ser um menino/criança negra, filho e neto de pessoas negras recém-libertas do trabalho escravo no Brasil, que perante a um homem branco foi colocado como bandido, pois reagiu ao não pagamento de seus serviços de engraxate. Bernadino, por vezes referido como “menor” nas chamadas dos jornais e em seus conteúdos como “desgraçadinho”, representou a história de tantos meninos e meninas, filhos de pessoas negras recém-libertas, também descendentes de negros africanos sequestrados e que tiveram que seguir novos rumos em suas vidas pós 1888, sem qualquer garantia pelo Estado brasileiro.

Observamos que, historicamente, crianças negras não são compreendidas como sujeitos integrais e tampouco como sujeitos que estejam em fase de desenvolvimento e, logo, com potencialidades de mudanças em suas vidas. Crianças negras e pobres ainda não são compreendidas como sujeitos que têm direito a uma proteção integral, estando sempre no lugar de sujeitos que necessitam do mínimo, do básico. Portanto, destaco que a criança negra historicamente é atravessada pelo racismo e o adultocentrismo.

⁸ Canal do Senado Federal na Plataforma de vídeo, *Youtube*, Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=NdKME9oR4LM&t=16s>>.

⁹Matéria “Um menor de 11 annos mettido no xadrez da Central” do O Jornal, do Rio de Janeiro, de 18 de abril de 1926. Material digitalizado disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=110523_02&pagfis=25370>.

¹⁰ Jornal Correio da Manhã, Rio de Janeiro, Ano 1926 Edição 09581. Material digitalizado disponível em http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pagfis=25196.

A história social da infância negra na Amazônia e a sua invisibilidade

Como mencionado anteriormente, a ancestralidade negra do amazônida passou por um processo de apagamento histórico e que vem aos poucos sendo recuperada a presença africana por estudos mais atuais. Dentre os quais destaco o trabalho de Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (2018) que tratam sobre a “Amazônia escravista” denotando que a região amazônica foi a menos conhecida como uma área que se utilizou do trabalho escravo de pessoas negras africanas, quadro justamente, fortalecido pela imagem da produção do açúcar no Nordeste e do ouro das Minas Gerais, que demandaram imensa mão de obra de trabalho forçado de negros africanos, gerando um senso comum de que na Amazônia isso não ocorreu. Quando na verdade, a escravidão de africanos e “crioulos” foi disseminada por todo o território brasileiros, independente das economias que tinham como finalidade o mercado externo.

Ou seja, mesmo que em números reduzidos, negros escravizados se fizeram presente na história da Amazônia. Gomes e Schwarcz (2018) tecem as suas considerações a partir do clássico e pioneiro trabalho de Vicente Salles (1971), que desenvolvendo os seus estudos já na década de 1960 problematizou a presença dos africanos no território amazônico que, até então, nos primeiros séculos da colonização abrangia o Estado do Maranhão e Grão-Pará, incluindo em seus limites o Ceará, Piauí, Maranhão, Amazonas, Acre (estados atuais), Roraima, Rondônia e Amapá (GOMES; SCHWARCZ, 2018).

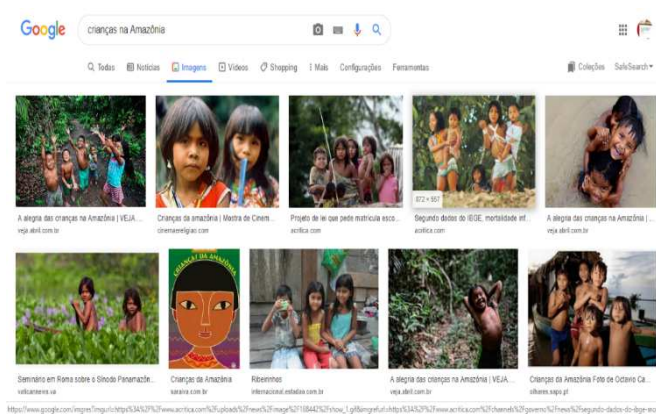
Em artigo, publicado em 2020, destaco importantes estudos realizados por pesquisadores amazônidas que visam abordar sobre a presença negra na Amazônia, tais como, José Bezerra Neto (2008), Patrícia Melo Sampaio (2011), assim como em 2021, em parceria com pesquisadoras marajoaras, indicamos as pesquisas de Rafael da Silva Noleto (2018) e Flávia Danielle da Silva Câmara (2017) que abordam sobre os impactos do silenciamento de nossa ancestralidade negra aliada à construção de um símbolo de morenidade que adensa um número significativo de pessoas paraenses que ao se pensarem como pardas promove a “venda” de uma Amazônia, de um Pará, caboclo ligado a imagem do “índio”, mas nunca ao do negro (GUIMARÃES *et al.*, 2021).

Existe uma forte narrativa sobre a infância na Amazônia que domina os estudos sobre a sua história que ainda neutraliza os seus corpos e sua cor, sobretudo quando tratamos de uma região ainda envolta pelo mito da democracia racial, assim como pela romantização das infâncias indígenas,

girando em torno de um caráter de morenidade. Quanto a isso, desde 2017 venho realizando buscas no *Google Imagens* pelos termos “crianças na Amazônia” e “infâncias e Amazônia” e até o presente momento¹¹ não aparece se quer a imagem de uma criança preta/negra, como pode ser observado logo abaixo na figura 03.

Segundo Rosa *et al.* (2021; p. 4) “A maior base de dados do mundo e a mais acessada é o Google, que apresenta além da sua opção de busca padrão, um banco de dados específico de imagens”, que nos indicam as imagens utilizadas em matérias, jornais, filmes e documentários sobre determinados temas e assuntos que sejam de interesse dos internautas. Indico, a partir não somente destas buscas rápidas no *Google* Imagens, mas também nos portais de pesquisas de dissertações e teses a ausência de estudos sobre as infâncias negras na Amazônia numa perspectiva histórica, sendo mais comum esta demarcação nas pesquisas de caráter contemporâneo, antropológico e educacional quando se referem às infâncias quilombolas.

Figura 3: “Crianças na Amazônia” no buscador *Google Imagens*



Fonte: elaborado pelo autor.

Quanto a esta constatação indico o trabalho de Antônio Matheus do Rosário Corrêa (2022) que ao se debruçar sobre as representações sociais de crianças negras, a partir de um estado da arte, indica justamente esta invisibilidade ao encontrar 106 (cento e seis) produções sobre “Crianças e Infâncias negras”, divididas entre 55 (cinquenta e cinco) artigos, 39 (trinta e

¹¹ A última busca foi realizada no dia 26 de julho deste ano.

nove) dissertações e 12 (doze) teses, sendo que destes encontrou 8 (oito) estudos que se referiam a Amazônia brasileira, que eram 03 (três) dissertações e 05 (cinco) artigos.

Destas 3 (três) dissertações levantadas por Corrêa (2022), identifiquei 1 (uma) que aborda sobre as infâncias negras a partir da perspectiva histórica, que foi o trabalho de Claudiane Santos Araújo (2018), sob o título “Infância negada: um estudo sobre as relações raciais de meninas negras no Asilo de Santa Teresa (1855-1870)”, da Universidade Federal do Maranhão. Quanto aos artigos, que foram 05 (cinco), também somente 1 (um), de autoria de Ivanelison Melo de Souza (2018), intitulado “Infância negra e índia nos registros de batismo em Manaus (1820-1834)”, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

Apesar de Corrêa (2022) não ter focado em seu levantamento a história das infâncias negras, mas sim as suas representações sociais nas pesquisas, este constatou a intercorrência de uma invisibilidade, ao ter realizado um recorte temporal de 2006 a 2021, em que encontrou poucos trabalhos registrados na Plataforma Sucupira da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e artigos de revistas científicas com qualis A1, A2, B1 e B2 na Amazônia brasileira.

Considerando o recorte e a importante contribuição do levantamento realizado por Corrêa (2022), que se concentra nas produções de 2006 a 2021 e em Programas de Pós-graduação das áreas de Educação e Interdisciplinar, aproveito para destacar duas produções que estão fora desse levantamento. A primeira é a de Rodrigo Moura Queiroz (2022), intitulada “Criança negra e educação na Província do Pará no século XIX (1871-1888)”, produto do grupo de pesquisa Educação, Cultura e Organização Social (ECOS) do Programa de Pós-Graduação em Educação. E a outra produção é o artigo “Crianças listadas no Livro do Fundo de Emancipação da Escravidão na Amazônia Bragantina (1876)”, de autoria de Ketno Lucas Santiago e Ana Paula Viera e Souza (2020), sendo parte dos estudos realizados pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação, pertencente ao Programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, especificamente, da Linha Trabalho e Infâncias. As duas produções são de programas de pós-graduação da Universidade Federal do Pará.

Queiroz (2022) identifica que as crianças negras, na Província do Grão-Pará, se fizeram presentes nas instituições de instrução pública não somente após a promulgação da Lei do Ventre Livre, mas antes já faziam parte desses espaços que tinham como objetivo principal “acolher” crianças

desvalidas. Contudo, o autor pondera indicando que seguindo uma tendência nacional, aqui também houve resistências quanto à inserção de pessoas escravizadas nas escolas.

A Lei do Ventre Livre, ao estabelecer que as crianças poderiam viver com as suas mães escravizadas até os 8 anos de idade, foi alvo também de polêmicas diante de posicionamentos dúbios e conflitantes na sociedade paraense, pois ao propor libertar as crianças, as colocava sob a responsabilidade do escravocrata até os 21 anos que os impunha o trabalho escravo, como foi exposto no jornal *O Liberal do Pará*, em 1884, uma das fontes utilizadas por Queiroz (2022). Ao longo de sua pesquisa o autor problematiza a natureza da “instrução” destinada a estas crianças “desvalidas” e “saindo” da condição de escravizadas, em que estas teriam uma formação voltada para o trabalho e a educação seria “cuidar”, desobrigando os senhores e o Estado de uma instrução formal em um estabelecimento de ensino.

As considerações de Queiroz (2022) se encontram com os levantamentos de Santiago e Souza (2020) quando tratam sobre a realidade das crianças negras escravizadas do município de Bragança, da Região de Integração do Caeté do estado do Pará. Os autores identificaram que o Estado, a partir do fundo amparado pela lei 2.040 de 1871 (Lei do Ventre Livre), destinou recursos para os senhores libertarem as crianças, contudo, ainda permaneceram em condição de escravidão nas lavouras, no serviço doméstico e nas olarias, sendo duplamente exploradas: pelos senhores e pelo Estado.

Os pesquisadores informam que na Amazônia bragantina, as crianças escravizadas foram uma forte fonte comercial para as famílias dos senhores, em que crianças com idade dentre 04 a 07 anos ao desempenharem trabalhos que, na percepção violenta dos seus senhores, eram “funções leves”, estando todas em suas descrições informando que eram “aptas para o trabalho” (SANTIAGO; SOUZA, 2020).

Ponto crucial para as argumentações que vem sendo realizadas, aqui, nesse texto é a afirmação também feita por Queiroz (2022) quanto a escassez de estudos não somente no campo da história da educação e da infância, mas especialmente sobre a história das infâncias negras, sobretudo, quando identificamos que não existe referências diretas a cor ou etnia das crianças ou nem mesmo quanto a sua condição de cativas ou não. Quanto ao aspecto cor e etnia, Santiago e Souza (2020) destacam que no processo de mestiçagem crianças indígenas também estavam inseridas no trabalho forçado, havendo uma infinidade de classificações como preto, preta, parda, fula, crioula, cabocla, mulata e carafuza.

Descolonizar corpos infantis e direitos humanos na Amazônia: movimentos e reflexões necessárias

Importante fazer um necessário parênteses quando tratamos sobre um país forjado na narrativa do encontro das “três raças”, numa tentativa (exitosa) de romantizar uma história oficial do Brasil (SCHWARCZ, 2019), estando alicerçado por um processo de escravização justificado pela cor, articulando Racismo e Colonialismo (QUIJANO, 2005), que com o passar dos anos se encontrou mais preto que branco. Fruto dos encontros violentos, estupros e relações realizadas por trocas de proteção e algumas por afeto, em que vamos observar que naquele contexto não seria incomum encontrar crianças escravas que não eram negras.

Ione da Silva Jovino (2015) ao tratar sobre a histórias das crianças negras, problematizando as diferentes possibilidades de fonte, menciona as narrativas de Robert Walsh (1985) e do casal Agassiz (2000), que com os seus olhares estrangeiros, se espantavam ao verem crianças não negras escravizadas. Não há como negar que aos olhos de uma sociedade, após a consolidação da ideologia do projeto de modernidade, que ansiava ser branca, que crianças não negras sendo escravizadas comoviam muito mais.

No Brasil, “a escravidão foi bem mais que um sistema econômico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferença fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita” (SCHWARCZ, 2019; p. 28). A escravidão atribuiu ao negro a condição de “escravo”, mesmo tendo comprado ou ganhado a sua alforria ou ter nascido livre. Até hoje de modo errôneo os nossos antepassados negros são chamados assim, seja nos programas de TV, nas redes sociais e na escola, apesar da existência da Lei 10.639 que foi sancionada em 2003, vinte anos atrás.

E assim, reduzem as nossas memórias, ancestralidades e estética a uma condição que foi imposta, revelando e escancarando o lado obscuro da Modernidade: a violência justificada (Dussel, 1994). Este estudo, ao demarcar a perspectiva decolonial, visa justamente proporcionar a compreensão quanto a importância de se romper com perspectivas históricas da e sobre a infância que ainda partem das vivências das crianças europeias ou dos grandes centros hegemônicos, ou seja, eurocentrados. Segundo Anibal Quijano (2009; p. 74):

O eurocentrismo não é exclusivamente [...] a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia [...] Trata-se da perspectiva cognitiva durante o longo tempo do conjunto do mundo eurocentrado do capitalismo colonial/moderno e que naturaliza a experiência dos indivíduos neste padrão de poder.

Consequentemente, o eurocentrismo não se constitui em uma questão de geografia, mas sim de epistemologia (Mignolo, 2017). Somos, cotidianamente, “instruídos” a não nos perceber como os outros nesse processo, como o antagonico, o não europeu. Entretanto, como ressalta Dussel (1994, p. 4) “[...] esse Otro no fue ‘des-cubierto’ como Otro, sino que fue ‘en-cubierto’ como ‘lo Mismo’ que Europa ya era desde siempre”. Haja vista que a noção de raça que carregamos (como um verdadeiro fardo) não existia antes do contato do europeu com a América, que Anibal Quijano (2009) cogita ter sido uma referência às diferenças fenotípicas entre “conquistadores” e “conquistados”, fundando na América, a partir das estruturas biológicas, identidades sociais que até então não existiam: “índios, negros e mestiços” e assim criando novas.

Por ser epistemológico, cognitivo, ideológico e estrutural se constitui numa espécie de venda que nos controla e manipula, pois não conseguimos pensar fora deste campo de visão de mundo, à medida que sabemos que não somos europeus, pois não gozamos de privilégios, mas também não conseguimos pensar fora das linhas de pensamento que nos foram impostas.

Mas quais são os impactos desse não autoenxergar? Tivemos *uma* história de argumento europeu (Schwarcz, 2019) que impacta na nossa maneira de entender o mundo e consequentemente em nossas formas de planejar e organizar o mundo e a realidade social, por consequência, impactando nas nossas formas de pensar, planejar e executar políticas públicas e garantir direitos humanos. E assim, também, adotamos critérios que tomam os nossos iguais como os outros, ou melhor, aqueles que não possuem capacidade, conhecimento, inteligência e experiência para a construção de estratégias coletivas e políticas de garantia à vida de forma plena.

No plano formal de nossas políticas públicas falamos sobre participação, no entanto poucos realmente são mobilizados e convocados a participar da construção de propostas que irão impactar diretamente em suas vidas. Historicamente, diferentes modos de vidas, que destoam do

convencional e oficial, são ignorados por planejadores, gestores e executores de políticas públicas, que também são sujeitos e não somente ou simplesmente estruturas institucionais.

Norberto Kuhn Junior e Bárbara Birk de Mello (2020) ao refletirem sobre a noção de infância e adolescência historicamente imposta a América Latina e consequentemente aos seus direitos humanos indicam, a partir do pensamento decolonial, que vigora uma colonialidade do poder, do ser, do saber, e saliento, uma colonialidade do corpo, que irá atingir sujeitos que não se enquadram no padrão de um entendimento de civilizado. Desta forma,

A aquisição da cidadania é, então, um funil pelo qual só passarão aquelas pessoas cujo perfil se ajuste ao tipo de sujeito requerido pelo projeto da modernidade: homem, branco, pai de família, católico, proprietário, letrado e heterossexual. Os indivíduos que não cumpram com estes requisitos (mulheres, empregados, loucos, analfabetos, negros, hereges, escravos, índios, homossexuais, dissidentes) ficarão de fora da cidade letrada., reclusos no âmbito da ilegalidade, submetidos ao castigo e à terapia por parte da mesma lei que os exclui (CASTRO-GÓMEZ, 2005; p. 81).

Considerando estes aspectos e conhecendo a história das políticas de proteção da infância no Brasil, crianças e adolescentes, passaram por um longo processo para serem reconhecidas como sujeitos de direitos e me alicerçando nas argumentações de Ana Maria Smith Santos (2019)¹², ao rever a palavra “sujeito”, acrescento, precisamos também fortalecer o entendimento de que estas também são *sujeitas* de direitos, dando especial enfoque a questão de gênero.

Falar sobre a história das infâncias negras é falar sobre o caráter atual do trabalho infantil, do analfabetismo e evasão escolar que atinge crianças pretas e pardas, em sua maioria. Falar sobre a histórias das crianças negras é falar sobre a adultização e sexualização de corpos de meninas pretas. Destas considerações e indicações observa-se necessidade de ampliarmos os estudos não somente sobre crianças e infâncias negras na Amazônia, mas sobretudo de conhecermos as suas histórias e a importância de que estas tenham as suas identidades étnicas e raciais reconhecidas, pois também dá visibilidade às

¹² Santos (2019) pauta-se em Ana Maria Venson e Joana Pedro (2012) a fim de questionar a neutralidade dada ao termo, quando na verdade, carrega representações negativas quanto o que é ser mulher.

ancestralidades africanas, pensando em suas diversidades de fontes e narrativas.

Entretanto, quais são os impactos da invisibilidade da presença de crianças negras amazônidas e da história das infâncias negras na Amazônia? Além do não reconhecimento do racismo vivido por crianças na nossa região, também acaba por fragilizar a construção de uma educação antirracista e dificulta a construção de diálogos sobre os direitos humanos e diversidade étnico-racial com crianças. Reitero: tratar sobre as histórias das infâncias negras da região amazônica significa repensar e fortalecer as histórias de crianças ribeirinhas, quilombolas e indígenas de regiões que não fazem parte do centro. Persiste um discurso hegemônico sobre infância/criança, que individualiza, padroniza e exclui outras vivências, tomando como foco somente a infância dos centros e da elite no momento que se refere à história social.

Precisamos fortalecer leituras críticas e contextualizadas sobre as experiências e vivências das infâncias e crianças da Amazônia brasileira, contemplando a sua diversidade e pluralidade, haja vista que estes corpos em sua maioria não são brancos. Importante salientar que este território da mesma forma que geograficamente goza de uma amplitude e diversidade, também teve e tem a sua história composta por uma diversidade de sujeitos que pertencem a várias etnias, raças e cores.

Entretanto, oficialmente, nos estados que compõem a Amazônia brasileira há uma predominância de pessoas que se autodeclaram pardas. Em dados divulgados, no dia 22 de julho de 2022, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, quanto às características gerais dos moradores, informa que na região Norte 73,4% da população se autodeclara como parda¹³.

Na metodologia adotada pelo IBGE, pretos e pardos, incluem-se na categoria de pessoas negras, independentemente da existência de uma compreensão de identidade ou posicionamento político. Da mesma forma que é possível entendermos que o pardo é o encontro das várias etnias e raças que compõem a nossa região, contudo ainda este “pardo” se encontra num lugar incomum em que não possui uma identidade negra e nem reconhece a sua ancestralidade indígena, mas também entende que não é branco.

¹³ Veja mais em “Aumentou parcela de pardos e pretos e caiu a de brancos entre os brasileiros”. Matéria disponível em <https://amazonasatual.com.br/aumentou-parcela-de-pardos-e-pretos-e-caiu-a-de-brancos-entre-os-brasileiros/>.

Estes sujeitos e sujeitas pretas e pardas se encontram para além dos quilombos da Amazônia e vivem e resistem também nas periferias e comunidades ribeirinhas dos diferentes estados, municípios, bairros, vilas, rios, campos e florestas. Vidas diversas em um território diverso, que compreende 9 países, onde o Brasil possui 45% dessa extensão territorial, sendo que esta mesma região corresponde a 60% do território nacional.

Considerando este panorama: I) O que este imenso e diverso território tem a contar sobre as histórias de suas crianças? II) Quais as fontes que se encontram disponíveis para a realização dos registros das histórias dos sujeitos que vivem a infância? III) Quais as representações das infâncias que estão distantes dos centros hegemônicos? e sobretudo IV) Como as pesquisas e estudos sobre as histórias das infâncias negras pode contribuir para o processo de fortalecimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes na Amazônia?

Os grupos de pesquisas voltadas para o campo da História da Infância se consolidaram mais cedo nos programas de pós-graduação das regiões do Sul e Sudeste, posteriormente vieram se destacando importantes grupos de pesquisas na região Norte, nos quais destacam-se os dois Programas de Pós-Graduação em Educação¹⁴ com linhas de pesquisas que contemplam a história da infância da Amazônia a partir de levantamento de revistas, jornais, relatórios, teses de medicina, livros didáticos e obras literárias. Verifica-se a necessidade de ser realizado uma análise quanto o território de onde partem essas histórias da infância da região amazônica, observando os mais recorrentes e identificar as regiões que ainda precisamos alcançar.

Há uma grande concentração dessas pesquisas nas regiões do Sul e Sudeste do país, existindo a necessidade de fortalecimento de estudos que visem se debruçar nas histórias das infâncias da Amazônia brasileira. Sobre este aspecto recorro às considerações de Laura Maria Silva Araújo Alves (2014, p. 43), que possui longa e importante trajetória nos estudos sobre a história da infância paraense, realizando, também, a convocação e mobilização para estas buscas, nos dizendo:

Entendemos que a infância (in)visível da região norte, para os pesquisadores da academia, ainda não ocupa a cena numa totalidade histórica que é devida. Acreditamos que o compromisso de todos nós, pesquisadores da área da Educação, é de investir numa densa produção substantiva sobre a infância. Muito lentamente temos avançado, apesar da

¹⁴ Da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

urgência que o tema merece. Esse é o nosso grande desafio. Da nossa parte temos que incentivar novas pesquisas sobre a infância.

As existências indígenas, negras, quilombolas e ribeirinhas ainda necessitam ter visibilidade em nossa produção intelectual, pensando os diferentes municípios e estados que compõem o território amazônico. Mas sobretudo, devemos demarcar as suas (r)existências saindo da “definição” de “infância pobre” ou “infância desvalida”, que serviram para camuflar os históricos conflitos sociais e raciais presentes em nossa sociedade, que produziu uma narrativa de convivência pacífica entre brancos, indígenas e negros.

A história das infâncias negras, infelizmente, corresponde às situações de trabalho infantil, abuso e exploração sexual, negligência, violência doméstica e maus tratos que ocorrem em comunidades afastadas de capitais, como Belém, operando um silenciamento quanto a dados, pesquisas, registros e reconhecimento das existências da história de crianças breveses, melgacenses, afuaenses, cametaenses e tantas outras que possuem as suas vidas perpassadas pelos rios e florestas e desconhecidas pelo Estado.

Da mesma forma que vinha fazendo levantamento sobre as imagens e representações das infâncias na Amazônia, desde 2016, por me encontrar no Marajó e desenvolvendo trabalhos de pesquisa e extensão sobre os direitos humanos das infâncias marajoaras, não tendo como foco, inicialmente, a história da infância, também procurei apresentar as representações da infância marajoara presente em notícias eletrônicas escritas e em audiovisuais, assim como em *sites oficiais* e *blogs* pessoais que foram encontradas a partir da utilização dos termos “infância”, “criança” e “Marajó” no sistema de busca e pesquisa *Google*. Deste levantamento, realizado entre os anos de 2017 a 2019, foram encontradas 31 matérias e notícias que se referiam à infância do Marajó, identificando a ênfase nos casos de abusos e exploração sexual, bem como do trabalho infantil, especialmente matérias de denúncia ou de campanhas contra as violações dos direitos humanos da infância e da juventude. Tais matérias surgiram a partir de abril de 2006, em decorrência das denúncias contra a exploração sexual infantil na região (GUIMARÃES, 2019).

Ao longo destes anos pesquisando sobre a infância marajoara identifiquei a ausência de pesquisas sobre a história dessa infância. Todavia, aproveito a oportunidade para registrar a pesquisa que está sendo desenvolvida por Érica de Sousa Peres (2023) que tem como objetivo abordar

sobre a história da educação e da assistência de crianças marajoaras pela Prelazia do Marajó, tendo como recorte os anos de 1950 a 1980.

E dentre os poucos trabalhos concluídos que apresentam elementos e indícios sobre a infância marajoara, destaco a tese de Maria do Socorro Pereira Lima (2015), *Infância, educação e criança: um estudo histórico-literário nas obras Serões da Mãe Preta e Chove nos Campos de Cachoeira (1897 - 1920)* que ao tratar de duas obras, a primeira que ilustra a literatura infantil utilizada nas escolas do estado do Pará no final do século XIX e a segunda, de especial interesse da presente pesquisa, traz em sua narrativa personagens infantis, tendo como protagonista o menino Alfredo, uma criança marajoara.

Lembrando que o Marajó é uma região ampla e diversa que compreende 17 municípios, estando dividido entre o Oriental e o Ocidental, havendo uma pluralidade de histórias a serem contadas, registradas e conhecidas. Vem sendo um movimento recente de grupos de pesquisadores que estão explorando as histórias do Marajó a partir das arqueologias e da cultura material escolar, tendo como foco as instituições e a história da educação, dentre os quais destaco a pesquisa de Eliane Miranda Costa (2023).

Entretanto, registros da história da infância se constituem em verdadeiras lacunas, quadro que demonstra o quanto o estado do Pará é imenso e que a capital representa somente uma parte dele, assim como da Amazônia¹⁵. Atualmente, além de tais matérias encontramos pesquisas de perspectivas contemporâneas, não havendo outros estudos que se debrucem sobre as histórias destas infâncias, do mesmo modo, como foi identificado quando se trata das infâncias da região de integração do Tocantins.

Os trabalhos mencionados foram desenvolvidos por pesquisadores paraenses, sendo o resultado da ampliação de grupos de pesquisas na região norte. Contudo, o caminho ainda é árduo para contemplarmos as histórias de nossas infâncias integralmente, nos exigindo o repensar de novas metodologias, diferentes fontes e uma verdadeira imersão nos centros de memória para encontrarmos essas histórias, assim respeitando a diversidade, a identidade e os territórios destas infâncias demarcando o seu pertencimento étnico-racial e territorial. Com estas indicações tenho a intenção de demonstrar que a ausência ou a fragilidade de estudos que deem visibilidade às histórias

¹⁵ Outro trabalho que também se desloca da capital paraense que é importante demarcar é o de Léia Gonçalves de Freitas (2019) que tem como recorte a região do Xingu, intitulada, "Políticas de Assistência, proteção e educação a infância pobre, abandonada e órfã e as ações da Prelazia do Xingu no município de Altamira/PA (1970-1979)".

das infâncias negras na Amazônia se assemelha e impacta nos poucos estudos que tratam sobre as infâncias amazônidas e paraenses que não se encontram nas capitais. Quando me reporto somente ao estado do Pará, iremos observar que as infâncias de regiões como o Marajó, Tocantins, e tantas outras, enfrentam uma violação de direitos humano básico que poucos falam: o não direito à memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção primeira deste estudo e levantamento, em processo de construção, que tem como pilar a extensão, é justamente fomentar reflexões e diálogos sobre a História de Crianças e das Infâncias da Amazônia brasileira, em especial da região norte, promovendo estudos e a elaboração de materiais didáticos que possam ser utilizados em diferentes espaços formativos, assim como promover o repensar de diferentes fontes como documentos históricos para a promoção de direitos humanos das infâncias amazônidas.

A História da Infância parte comumente das representações historicamente determinadas por adultos quanto o que seriam crianças e infâncias a partir das vozes e imagens registradas por adultos, especialmente quando nos referimos a uma sociedade que a escrita se restringia a uma elite, assim como o privilégio de possuir os seus registros em fotografias, algo que podemos verificar no trabalho de Phillipe Aries, aliás foi um aspecto criticado por outros pesquisadores. Porém, à medida que se indica tais restrições, não se pode negar os avanços obtidos pelo historiador ao dar centralidade a sujeitos até então tidos como irrelevantes.

Se há um silenciamento das vozes infantis, observamos que tal silenciamento se acirra ainda mais quando se trata de crianças negras e da região amazônica. E quando nos voltamos para os estudos étnico-raciais, mais uma vez, observamos o apagamento das vozes infantis negras, especialmente, quando constatamos lacunas quanto aos casos de racismo vivido por crianças negras na Amazônia. Falamos muito DO e COM adultos e adolescentes, mas pouco a nossa sociedade se atenta ao fato de que crianças negras na Amazônia são alvo constante de um racismo que é estrutural, institucional e ambiental, fortemente aliado ao adultocentrismo. O apagamento de suas existências também se dá a partir do momento em que no imaginário nacional e até mesmo regional, se fortalece um senso comum de que na região não existem crianças negras, sobretudo, pretas retintas.

Numa tentativa de conclusão de considerações que estão sendo iniciadas, finalizo com um questionamento e indicando 3 caminhos: Como pensar em estruturas para a efetivação de direitos humanos das infâncias negras, periféricas e subalternizadas, considerando as dimensões do território da Amazônia, sobretudo a Amazônia ribeirinha e quilombola que é atingida pela centralização dos espaços de construção oficial do conhecimento assim como dos locais destinados para guardar as nossas memórias?

Temos três caminhos a se pensar nesse momento: 1) as histórias negras e indígenas da Amazônia sendo fortalecidas nos currículos escolares e assim possibilitando práticas educativas que fortaleçam a identidade de uma infância que em sua maioria não são brancas; 2) Fomentar grupos de pesquisas que visem descortinar as histórias das infâncias de um território tão extenso e complexo, rompendo com narrativas que ainda se concentram nos centros, sendo que ainda predomina nos nossos estudos uma infância amazônica que vive nas capitais e que ainda nos referimos a ela como infância pobre e 3) pensar nas diferentes possibilidades de registro da história desta infância periférica, trabalhando na construção de uma história do tempo presente a partir de notícias escritas, expostas em vídeos e nas memórias. Além disso, incluir fontes que nos deem indícios sobre a história das infâncias negras da Amazônia, tais como fotos, cartas, ofícios, memorandos, jornais, revistas, literatura, documentários e internet.

Entendo que o esforço deve ser coletivo à medida que conhecer esta infância nos permite construir bases de valorização deste sujeito na nossa região, dando visibilidade às suas particularidades, respeitando as suas histórias e de seus ancestrais, promovendo o empoderamento e autoestima de crianças que além de serem silenciadas, não possuem fácil acesso às tecnologias de informação que permitem o registro de seus rostos e vozes (diferente das crianças das capitais), o que acaba por perpetuar o apagamento de suas histórias e memórias. Para garantirmos direitos humanos de crianças e adolescentes na Amazônia, assim como promover uma luta e educação antirracista para a infância é fundamental conhecermos a nossa história!

REFERÊNCIAS

ALVES, Laura Maria Silva Araújo. A Infância em construção: as fontes e investigação. In: ARAÚJO, Sônia Maria da Silva; ALVES, Laura Maria Silva Araújo; Sônia de Jesus Nunes Bertolo (Orgs). **Pesquisa e educação na Amazônia: reflexões epistemológicas e políticas**. Belém: EDUEPA, 2014 (p. 35- 52)



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18: e258997 [2023]
**Dossiê *Práxis decoloniais como expressões
de resistência, luta e transformação***
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.258997>

ARIÈS, Philippe (1914-1984). **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

ARIZA, Marília B. A. Crianças/Ventre livre. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lilia (org). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ARAÚJO, Claudiane Santos. **Infância negada**: um estudo sobre as relações raciais de meninas negras no Asilo de Santa Teresa (1855-1870). 80f. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Luís, 2013.

BEZERRA NETO, José Maia. **A presença negra no Pará: resenha de um trabalho pioneiro**. Revista Estudos Amazônicos - Vol. III, n° 1, 2008.

BRAGA, Douglas de Araújo Ramos. **A infância como objeto da história: um balanço historiográfico**. USP – Ano VI, n. 10, p. 15-40, 2015.

Brutalizado dentro de um xadrez, na Central de Polícia. **Jornal Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, Ano 1926 Edição 09581. Material digitalizado disponível em http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pagfis=25196.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”**. In: LANDER, Edgardo (Org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

CÂMARA, Flávia Danielle da Silva. **Mulheres negras amazônidas frente à cidade morena: o lugar da Psicologia, os territórios de resistência**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

COSTA, Eliane Miranda. Instituições escolares no Marajó: trajetória, estrutura e ensino do Internato Evangélico Amazônico em Breves, Pará (1949-1970). **Revista Brasileira De História Da Educação**, V. 23, n. 1, 2023.

DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

DOMINGUES, Joelza Ester. **Retratos do Brasil do Século XIX**. Ensinar História. Disponível em

https://ensinarhistoriajoelza.com.br/stj/wp-content/uploads/2021/01/Transc_Jogo-5_RetratadosdoBrasil_timbrado.pdf.

DUSSEL, Enrique. **1492 El encubrimiento del Otro: Hacia el origen del “mito de la Modernidad**. La Paz: Plural editores: Facultad de Humanidades y Ciencias de la educación –UMSA. 1994.

DUSSEL, Enrique. **Filosofías del Sur. Descolonización y Transmodernidad**. Akal, México, 2015.

Em 1927, o Brasil fixava a maioria penal em 18 anos. **Canal do Senado Federal** na Plataforma de vídeo, *Youtube*, Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=NdKME9oR4LM&t=16s>>.

FREITAS, Marcos Cezar.; KUHLMANN JR., Moisés. (Orgs.). **Os Intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

FREITAS, Léia Gonçalves de. **Políticas de Assistência, proteção e educação a infância pobre, abandonada e órfã e as ações da Prelazia do Xingu no município de Altamira/PA (1970-1979)**. 2019. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

GOUVEA, Maria Cristina Soares. A escrita da história da infância: periodização e fontes. In: SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares. (Orgs.). **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GOMES Flávio dos Santos; SCHWARCZ Lilia Moritz. Amazônia escravista. In: GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lilia (org). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. A vida das crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7 ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. **Os discursos dos médicos do estado do Pará nas “Teses de Doutorado ou Inaugurais” (1929-1954): Saúde, Assistência e Educação da Infância Pobre**. 2016. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. Direitos humanos de crianças e adolescentes no Arquipélago do Marajó/PA: desafios e possibilidades do território. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS Vol. 13 Nº 25**, Edição Especial de 2021.

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães. Ser Negro no Marajó: notas sobre identidade e racismo na Amazônia paraense. **Revista @rquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, V.8, n.17, 2020.

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães et al. Mulheres negras, amazônidas e marajoaras. **Revista UFG**, v.21: e21.69173, Goiânia. 2021,

JOVINO, Ione da Silva. **Crianças negras na história: Fontes e discursos sobre a breve infância permitida pelo escravismo oitocentista brasileiro**. Revista Eletrônica de Educação, v. 9, n. 2, p. 189-225, 2015.

KUHN JUNIOR, Norberto; MELLO, Bárbara Birk de. A noção de infância e adolescência: inflexões decoloniais sobre os direitos de crianças e adolescentes na América Latina. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, vol. 12, n. 24, p. 284 - 312, jul./dez, 2020.

LIMA, Maria do Socorro Pereira. **Infância, educação e criança: um estudo histórico-literário nas obras Serões da Mãe Preta e Chove nos Campos de Cachoeira (1897-1920)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2015.

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade**. RBCS Vol. 32 n° 94 junho/2017.

NOLETO, Rafael da Silva. Cor de Jambo e outros matizes amazônicos: sobre a abolição da mulata e o advento da morena cheirosa nas festas juninas de Belém. **Mana** 24(2): 132-173, 2018.

OLIVEIRA, Fabiana de; ABRAMOWICZ, Anete. Infância, raça e paparicação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.26, n.02 | p.209-226 | ago. 2010.

PERES, Érica de Sousa. **Prelazia do Marajó: infância, educação e assistência na Amazônia (1950-1980)**. Projeto de Qualificação de Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2023.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: Edgardo Lander (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278.

QUEIROZ, Rodrigo Moura. **Criança negra e educação na Província do Pará no Século XIX (1871 - 1888)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2022.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ROSA, Thiago de Sousa et. al. **Representações imagéticas do corpo: uma análise no buscador Google Images**. Research, Society and Development, v. 10, n. 14, e375101421177, 2021. Disponível em <file:///C:/Users/ibyte/Downloads/21177-Article-266647-1-10-20211106.pdf>; acesso: 15/06/2022.

SALLES, V. **O negro no Pará: sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Serv. de Publicações [e] Universidade Federal do Pará, 1971.

SANTIAGO, Ketno Lucas; SOUZA, Ana Paula Vieira e. Crianças listadas no Livro do Fundo de Emancipação da Escravidão na Amazônia Bragantina (1876). **Revista Tempos Históricos**, Vol. 24, n. 1, 2020.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **O fim do silêncio: Presença negra na Amazônia**. Belém: Editora Acai/CNPq, 2011.

SMITH SANTOS, Ana Maria. **Mulheres idosas entre bordas e agências: Migração, Política Pública de Assistência Social e Sociabilidade (Marajó-PA)**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. - 2. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCARANO, Julita. Crianças esquecidas das Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7 ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

SOUZA, Ivanelison Melo de; CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha. Infância negra e índia nos registros de batismo em Manaus (1820-1834). **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, Itapetininga, v. 5, n. 1, p. 82-96, jan./mar. 2018.

Um menor de 11 annos mettido no xadrez da Central. **O Jornal**, do Rio de Janeiro, de 18 de abril de 1926. Material digitalizado disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=110523_02&pagfis=25370>.

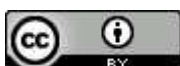
VIECELI, Leonardo. Aumentou parcela de pardos e pretos e caiu a de brancos entre os brasileiros". Jornal eletrônico **Amazonas Atual**, publicado no dia 22 de julho de 2022. Disponível em



<<https://amazonasatual.com.br/aumentou-parcela-de-pardos-e-pretos-e-caiu-a-de-brancos-entre-os-brasileiros/>>.

VILELA, Pedro Rafael. Lula sanciona lei que equipara crime de injúria racial ao racismo. Publicado no **Jornal Eletrônico Agência Brasil**, Brasília, no dia 11/01/2023 às 20h58. Disponível <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-01/lula-sanciona-lei-que-equipara-crime-de-injuria-racial-ao-racismo>>; acesso: 12/03/2023.

Submissão em 22 de junho de 2023.
Aceite em 31 de julho de 2023.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0

Internacional. Texto da Licença:
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>